

PREFÁCIO*

Prefaciador uma obra é sempre um prazer, especialmente quando é portadora de um caráter histórico e crítico e está comprometida com a transformação social, como é o caso desta coletânea organizada pela Prof^a Julia Malanchen, intitulada *Políticas Educacionais, Trabalho Pedagógico & Pedagogia Histórico-Crítica*, composta por dez capítulos, envolvendo 10 autores/as.

No conjunto das produções encontramos alguns elementos comuns, a defesa da educação e da escola pública, a defesa da ciência e a socialização dos conhecimentos mais desenvolvidos produzidos historicamente e coletivamente, a defesa de uma educação transformadora comprometida com a classe trabalhadora e com a emancipação humana.

Simultaneamente, nos deparamos com o convite à resistência e luta contra o desmonte da escola e o rebaixamento do papel e da importância do professor, o combate à minimização dos conteúdos escolares e à alienação do ensino, reduzido às necessidades instrumentais, imediatas e elementares, destinadas apenas e, quando muito, à sobrevivência, em benefício do mercado.

Considerando a realidade fenomênica, todavia, os/as autores/as discorrem sobre dois projetos socioeducacionais em disputa, projetos antagônicos, é claro. Desse modo, a coletânea se revela como uma obra do seu tempo, que expressa a etapa de desenvolvimento das forças produtivas, o nível de acumulação do capital, as relações sociais, os antagonismos de classes e os conflitos do momento.

Um dos projetos é representado pelas atuais políticas educacionais, pela educação à distância, pela Reforma do Ensino Médio (REM), pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) e pelo Programa de Residência Pedagógica (PRP), que objetiva atender apenas as demandas da burguesia, que, aliás, apresenta fartas amostras de que já esgotou todas as suas possibilidades civilizatórias e se encontra em franca decadência, e outro, que está alicerçado nos pressupostos da Pedagogia Histórico-Crítica, voltado para a classe trabalhadora, preocupado com a gestação de uma nova

*DOI – 10.29388/978-65-81417-72-7-0-f.15-18

sociedade, sem classes, sem exploração e dominação, em que todos possam trabalhar, usufruir da produção coletiva e se humanizarem. O primeiro não admite que os trabalhadores tenham acesso a mais do que o mínimo do mínimo, seja em termos de conhecimento, seja em termos de bens materiais. Em contraposição a ele, o segundo defende que todos os trabalhadores tenham acesso ao que há de melhor elaborado, produzido por eles.

O caráter de classe, porém, acompanha a escola ao longo de toda a sua trajetória histórica. Criada pela classe dominante, serviu a ela com exclusividade por cerca de dois mil anos. A partir da modernidade, entretanto, a burguesia, para se desenvolver, obrigou-se a abrir mão dessa exclusividade. Com isso, passou a ser objeto de lutas e disputas. E, na medida em que a classe trabalhadora amplia seu acesso a ela, as lutas e disputas também se intensificam e se acirram.

Temendo perder o seu controle, no intuito de manter sua hegemonia ou, então, de postergar seu desaparecimento, a classe dominante partiu para um ataque frontal com o objetivo de destruí-la (a escola). Sua ofensiva não tem limites, atinge todas as frentes e abrange todas as dimensões da educação pública e chega ao paroxismo de pura e simples negação da ciência, como se a humanidade não tivesse acumulado experiências e conhecimentos, implicando num verdadeiro retrocesso e numa remissão praticamente aos tempos da Pedra Lascada.

Diante disso, aos professores e alunos que, em sua imensa maioria, integram a classe trabalhadora, importa não esquecer que a sociedade em que vivemos não é neutra, que se constitui numa sociedade de classes e, mais do que isso, que compõem a classe trabalhadora. Consequentemente, impõe-se-lhes a tarefa de retirar da burguesia o controle sobre a escola e colocá-la a serviço da coletividade.

Nesse contexto, é inadmissível que os trabalhadores, especialmente os que atuam na educação, neguem sua condição de classe e realizem um trabalho aparentemente neutro, em benefício da classe que lhes é contrária, que os exploram, dominam e expropriam tanto os produtos materiais de seu trabalho, como as possibilidades de se desenvolver, se emancipar e se humanizar.

Em decorrência disso, reconhecer a condição de classe e suprimir o controle da burguesia sobre a escola é condição indispensável à construção de um projeto educacional voltado à própria condição e à classe

trabalhadora, numa palavra, à construção de um projeto educacional emancipatório.

Contudo, além de se reconhecerem enquanto classe, cabe aos educadores serem consequentes com sua condição e, além de, por meio do trabalho pedagógico, ajudarem os educandos a também se reconhecerem enquanto tal, identificarem os elementos culturais que eles necessitam assimilar para que possam compreender o mundo em que vivem, superá-lo, e construir um novo modo de produção e novas relações, que permitam as condições adequadas ao desenvolvimento de todas as suas potencialidades.

Enfim, tendo em vista a compreensão dos desafios que se nos apresentam no atual momento, seja em âmbito global, seja em âmbito nacional/local, cabe-nos fortalecer as lutas em favor de uma educação alicerçada na pedagogia histórico-crítica.

Em função disso, recomendamos a todos/as a leitura e discussão desta obra.

Prof. Dr. Paulino José Orso
Unioeste/Campus de Cascavel
Cascavel, 25 de fevereiro de 2022